


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaires Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

CAPÍTULO 22.....	209
MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão Iara Soares de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02821150322	
CAPÍTULO 23.....	220
CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS	
Luana Fernandes Silva Paes Simone Caldas Tavares Mafra Mariana de Paula Oliveira Reinaldo Antônio Bastos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.02821150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 13

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Data de aceite: 01/03/2021

Aldení Gomes de Araújo Júnior

<http://lattes.cnpq.br/3137075552601023>

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

<http://lattes.cnpq.br/6226268253175915>

RESUMO: O Presente estudo traz uma análise acerca da instituição Cáritas Diocesana de Caicó e o fortalecimento do Terceiro Setor no Estado Neoliberal, através das desigualdades existentes no Sistema Capitalista e o seu antagonismo das classes. Como, também, a importância da Instituição na cidade de Caicó/RN e região.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor; Capitalismo; Neoliberalismo, Cáritas; Estado.

ABSTRACT: This study brings an analysis about the institution Caritas Diocese of Caicó and the strengthening of the third sector in the Neoliberal State, through the existing inequality in the Capitalist System and the antagonism of your classes. Also, the importance of the institution in the city of Caicó/RN and region.

KEYWORDS: Third Sector; Capitalism; Neoliberalism, Caritas; State.

1 | INTRODUÇÃO

Para atendermos ao objetivo de expor a urgência e as implicações do terceiro setor para a sociedade civil, bem como a relevância da instituição Cáritas Diocesana de Caicó

para o desenvolvimento comunitário do Seridó potiguar, é necessário definirmos o conceito de capitalismo e o seu efeito generalizado sobre as relações sociais e culturais de um povo. Sendo assim, primeiramente compreenderemos este sistema sócio econômico, analisando o modo de produção que o norteia, com suas tecnologias produtivas e métodos de relações sociais de trabalho.

No modelo capitalista de produção, o conjunto das forças produtivas se dá a partir de uma lógica de alta exploração de mão de obra humana e de recursos naturais, uma vez que as técnicas de organização da força de trabalho são guiadas por estratégias abusivas que intencionam extrair o máximo da mais valia possível, para obtenção do acúmulo de capital (meta primordial do referido sistema). Dessa forma, de acordo com o economista Hunt (2013), o capitalismo se caracteriza sobre quatro aspectos básicos.

O primeiro são os métodos de produção, venda e consumo da mercadoria, que são mediados por critérios de valor de uso e valor de troca, no mercado. A linha de produção é arquitetada para que possa haver uma fabricação contínua e em massa, a partir da divisão do trabalho, utilizando-se de um método organizativo que provoca a alienação do mesmo.

A segunda característica citada por Hunt é a da propriedade privada dos meios de produção, na qual a sociedade é obrigada a

ceder sua riqueza a uma pequena parte da população, que irá apenas comandar os meios de produção e apropriar-se do excedente produzido.

A terceira característica está na necessidade de haver uma grande massa de trabalhadores assalariados, para que possa criar um senso de competição e manipulação das condições de trabalho, garantindo aos capitalistas o controle da exploração da mais-valia e apropriação do capital excedente.

A quarta e última característica proposta por Hunt é a de que, para o bom funcionamento do sistema capitalista, é necessário haver uma influência ideológica socialmente construída para condicionar a população a comportamentos individualistas e materialistas.

2 | ANTAGONISMO DAS CLASSES

Socialmente, temos o trabalho como o fator primordial na geração de lucro, uma vez que não basta somente que os proprietários dos meios de produção tenham acesso aos recursos da natureza, pois sem a mão de obra, a matéria prima não é transformada. Logo, buscaremos abordar a relação entre os papéis da classe trabalhadora e da burguesia, no contexto do sistema capitalista.

Por proletariado, entendemos a classe trabalhadora que, sem meios de produção e por necessidade de sobrevivência, vende (barato) a única riqueza que dispõe: a sua força de trabalho. Já os capitalistas são aqueles que detêm os meios de produção e são empregadores do trabalho assalariado. O sistema capitalista requer a existência das classes antagônicas, proletariado x burguesia, e a exploração da primeira pela segunda. De modo que uma trabalha e a outra acumula.

Sendo assim, é necessário entendermos que a base do sistema capitalista, a característica que o norteia é a exploração cada vez maior do trabalho humano, impondo jornadas exaustivas e mínima distribuição de renda. Essa peculiaridade configura e legitima o interesse do capital. Para sobreviverem nesta sociedade é necessário que os sujeitos tenham como as condições básicas para continuar a vender a sua força de trabalho. Força esta criadora e transformadora da natureza. Para isso, o sistema preocupa-se em elaborar políticas sociais que realizam a manutenção mínima de saúde, alimentação, moradia, educação etc., da classe trabalhadora, unicamente para estabilizar a força da mão de obra geradora de capital.

Pensar na classe trabalhadora hoje, porém, exige ir e além do proletariado e operariado, ou trabalhador fabril. O trabalhador [...] pode ser 'produtivo' (participa na elaboração de mais-valia) ou 'improdutivo' (sem produzir mais-valia). Pode participar da indústria, do comércio ou da empresa financeira (estes últimos, embora não produzam mais-valia, desenvolvendo trabalho não pago, e participando na valorização do capital, mediante a apropriação da mais-valia já produzida). A classe envolve trabalhadores de setores

administrativos e de serviços no setor industrial. Podem apresentar uma força de trabalho desqualificada ou altamente qualificada. (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011, p. 94).

Com o desenvolvimento e industrialização das forças produtivas, ocorre a abundância de recursos e alimentos, superior às necessidades da população. Porém, enquanto a riqueza é gerada em escala substancial, a apropriação da mercadoria coletivamente produzida é garantida pelos mecanismos do sistema. Dessa forma, ao passo que é produzida riqueza, proporcionalmente se desenvolve a pobreza. E “O trabalhador coloca a sua alma, a sua identidade e intelecto no produto e este é assim apropriado pela burguesia” Marx (2004).

Tal apropriação legítima as condições capitalistas, em que o trabalhador, que participa de todo o processo de criação do produto, produzindo exaustivamente em condições de trabalho degradantes, é privado do direito de usufruir do fruto de seu trabalho. Essa situação caracteriza a alienação e fetichização do trabalho no sistema capitalista, que se sustenta através da manipulação ideológica das massas através da mídia; levando a população a naturalizar as condições de desigualdade e exploração nas quais estão inseridas.

Portanto, o trabalhador adentra nesta esfera de desigualdade eminente e norteadora da base capitalista, necessitando do trabalho para sobreviver nesta sociedade, ele se coloca, assim, em uma condição não mais de um sujeito à parte, uma pessoa detentora de conhecimento, vida, intelecto, subjetividade e características que possam expressar a sua condição enquanto pessoa. Pois a classe trabalhadora é transformada em mercadoria tal qual aquela que ela mesma produz, pois o pagamento de salários remete à compra e venda de produtos, seguindo os interesses do grande capital. Assim confirma Marx:

O trabalhador abaixa à condição de mercadoria [...] e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio. (MARX, 2004, p. 79).

É necessário ao capital que todas as características de subjetividade dos sujeitos trabalhadores sejam reprimidas e descartadas, pois não seria interessante que a classe trabalhadora dispusesse de pensamento crítico, intelectualidade, autonomia ou acúmulo de riquezas, uma vez que, na premissa do sistema, a relação de dependência entre as classes caracteriza a exploração do processo de apropriação do trabalho e geração de lucro.

O trabalhador adentra, então, no processo de coisificação do sujeito, em que ele não é mais alguém detentor de características próprias, mas também um produto do capital que pode ser apropriado, vendido e descartado a qualquer momento quando não mais atende ao interesse maior do lucro.

Mesmo com as novas formas de trabalho e a modernização do maquinário, este advento do trabalho morto não substitui a necessidade do trabalho vivo, como fator

primordial das atividades laborativas. Como o capitalismo não consegue eliminar por completo a participação da classe trabalhadora no trabalho, ele cria, assim, novas formas de exploração da mão-de-obra, desde a precarização do trabalho, a terceirização das atividades e as mais diversas formas de sucateamento sofrido pela classe trabalhadora.

Portanto, entendemos que a classe trabalhadora foi subjugada como sujeitos descartáveis e menos valiosos que os produtos por eles criados. Descartáveis, pois o número de trabalhadoras e trabalhadores a procura de emprego (o chamado exército industrial de reserva) é bem maior do que o número de vagas e locais de trabalho existentes. Esta conjuntura se impõe, devido à necessidade do sistema capitalista de manter o controle do operariado, a partir da flexibilização das condições de trabalho, em razão da larga concorrência de mão de obra e ameaças de desemprego.

3 I NEOLIBERALISMO: A AUSÊNCIA DO ESTADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado tem como dever garantir serviços de saúde, educação, moradia, desenvolver a dignidade humana, segurança, o direito ao trabalho, entre outros, como forma de desenvolvimento da sociedade e proteção de todas as pessoas. Para atender a tais demandas populacionais, é garantido de forma gratuita boa parte destes serviços, como visto pela criação do SUS (Sistema Único de Saúde), educação pública gratuita do ensino básico e as universidades acadêmicas. Serviços de caráter público por se tratar de retorno dos impostos da população e gerenciado pelo Estado.

O neoliberalismo tem em sua gênese a figura do Estado Mínimo, onde a participação do governo se torna cada vez menor nos espaços antes tidos como primordiais e básicos, para promover uma total liberdade de comércio. A sua ausência é porta de entrada para as grandes empresas e instituições não governamentais atuarem, no cenário em que a responsabilidade do Estado é transferida para tais segmentos, através da precarização dos serviços públicos e a privatização de empresas estatais.

A sociedade civil também participa deste processo, através do fortalecimento da filantropia, onde o Estado apela para a demanda populacional de forma a fazer parte do financiamento das ONGs e afins. Sendo assim, o Estado manifesta a sua figura cada vez mais ausente. “A opção neoliberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil e por programas [...] seletivos e focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado”. (YAZBEK, 2009, p. 15).

O bem-estar social deixa de ser de total obrigação do Estado, assim sendo, “pertence ao foro privado dos indivíduos, família e comunidade. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferindo ao mercado, [...] como alternativas aos direitos sociais”. (IAMAMOTO, 2004, p. 03).

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório

substituem o permanente. As microssituações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado do minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência, um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (SOARES, 2003:12)

Na condição de privatização, torna-se ainda mais inviável para a sociedade civil reivindicar por melhores condições de assistências e garantir seus direitos sociais, pois, não se tratando da máquina pública, fica a critério do terceiro setor impor seus limites de atendimento, uma vez que não tem o dever legal de corresponder às demandas sociais.

Em suma, o contexto de filantropia social exclui o Estado de ser o responsável pela garantia do bem-estar da população e, conseqüentemente, metamorfoseia as diversas expressões da questão social em pontos paliativos a serem trabalhados e “combatidos”, através de uma lógica descentralizada e apoiada no voluntarismo e na benevolência social.

4 | QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Tendo em vista a ordem política econômica que se reproduz a sociedade capitalista neoliberal, cujos princípios estão firmados sobre a geração simultânea de riqueza seletiva e pobreza generalizada, podemos analisar claramente as conseqüências sociais refletidas sobre a classe trabalhadora, que partem da pauperização socialmente construída e dela se ramificam em diversas expressões da questão social.

Devemos salientar que a gênese e a reprodução da pobreza e seus agravantes estão associadas aos resultados dos métodos estabelecidos pelo capitalismo para tratar das relações sociais de produção e exploração do trabalho, uma vez que o capital, além de não promover distribuição de renda, ainda negligencia políticas sociais indispensáveis para a manutenção da vida.

Por esta razão, emerge na sociedade diversos sintomas de desigualdade social, que se expressam na precarização da vida social, nas formas de: violência, tráfico de drogas, vícios, prostituição, criminalidade, trabalho infantil, fome, analfabetismo, doenças infecciosas, doenças neurológicas ou psicológicas, entre outras conseqüências da negação dos direitos da população marginalizada.

Dentro do ciclo de exploração e opressão social que assombra a classe trabalhadora ao longo de gerações, tornou-se insustentável para muitos indivíduos manterem suas condutas dentro da legalidade imposta pelo sistema que lhes rouba os direitos. O indivíduo, privado de condições básicas de vida humana, de sua liberdade, individualidade e muitas vezes do seu direito de trabalhar, opta por deturpar seus princípios a fim de obter meios de garantir sua sobrevivência a qualquer custo. Meios estes que adentram o ramo da criminalidade. Formam-se, então, variados quadros de calamidades sociais provenientes especificamente do modo de produção capitalista.

Para enfrentar a conseqüente violência produzida, o Estado trata de defender a sociedade e sua propriedade privada, através da coerção policial, além de se ver obrigado a estabelecer outras estratégias para amenizar tais turbulências sociais e apaziguar as massas: através das políticas sociais (paliativas) que, ainda que viabilizem direitos mínimos, não prometem combater a questão social, uma vez que esta é inerente à conjuntura sistemática do modelo capitalista de acumulação de riquezas.

Para tanto, é solicitada a intervenção do assistente social para realizar mediações que atendam às necessidades da classe trabalhadora, em concordância com os interesses do Estado. Logo, o assistente social interage com o seu objeto de intervenção - a questão social - através da articulação da rede de instituições competentes em atender ao cumprimento das políticas sociais para a população fragilizada.

Contudo, o Serviço Social passou por um processo histórico de ruptura com o conservadorismo e, conseqüentemente, com o conformismo de servir cegamente aos interesses do capital. Uma vez que adquiriu consciência de classe e se reconheceu como classe trabalhadora, a categoria de assistentes sociais optou por lutar na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, buscando articular-se, mesmo que dentro de suas limitações, pela conquista da emancipação política da classe trabalhadora.

Além de realizarem acolhimentos e encaminhamentos da população, dando acesso e viabilização de seus direitos, os assistentes sociais possuem a missão de sensibilizar os trabalhadores de maneira a instruí-los sobre seus direitos e deveres (enquanto cidadãos) e estratégias de fortalecimento (enquanto classe), mediante a necessidade de reivindicar por melhores condições de vida e trabalho.

Nesse sentido, os projetos de intervenção, realizados pelo Serviço Social, que promovem educação social representam fortes aliados do operariado, pois o convida a se organizar, a entender a conjuntura política que o envolve, bem como as variadas maneiras de enfrentar as injustiças sociais (por meio de debates, publicização de problemáticas, reivindicações, revoluções, etc). Dessa forma, é possível transformar as demandas sociais em demandas políticas e construir os alicerces para estruturar uma futura nova ordem societária.

5 | DIVISÃO SETORIAL E SUAS RESPONSABILIDADES

A princípio, temos o Estado enquanto garantidor de direitos e serviços para a sociedade, independente de gênero, raça, crença, orientação sexual, entre outro. O Estado, então, é conhecido como o primeiro setor, representado pelas prefeituras, governos estaduais e federais, ministérios, entre outros órgãos ligados a essas esferas. Sendo assim, o primeiro setor é caracterizado por ser um setor público. Em outras palavras, o Estado aplica o dinheiro público em bens e serviços voltado para toda a sociedade.

Mas, como visto anteriormente, o processo neoliberal abre caminhos para a abertura

de outros setores que garantem serviços que o Estado já não supre mais, ocorrendo a transferência de parte da responsabilidade pública sobre a garantia do bem estar social para os setores privados. Dado que, bem sabemos, os serviços prestados pelo Estado muitas vezes não são acessados por toda a população, restando, assim, para o segundo e terceiro setor “preencherem” esta lacuna deixada pela inaplicabilidade das políticas de ordem pública.

As empresas privadas desenvolvem as suas ações e vendem os seus serviços para a população, se caracterizando, assim, como o segundo setor. Visando o lucro, o mercado articula e financia tais serviços falhos pelo Estado (primeiro setor), de modo a gerar benefício próprio para a empresa e seus associados.

Já o terceiro setor é constituído por Instituições e ONGs sem fins lucrativos, atuando nos serviços omissos pelo primeiro setor. De acordo com Paes (2003), o terceiro setor é constituído como um conjunto de organizações, dotadas de autonomia, que têm por objetivo desempenhar voluntariamente funções que contribuam para o aperfeiçoamento da sociedade.

Podemos observar que o terceiro setor cresce cada vez mais e isso reflete diretamente na falha do Estado em dispor de políticas públicas para toda a população, surgindo, assim, como forma de sancionar as falhas e lacunas deixadas pelo primeiro setor, ao invés de buscar promover o enfrentamento das incompetências do Estado, através de movimentos reivindicatórios.

A omissão do primeiro setor, ou a sua não garantia de direitos e serviços, gera assim, uma figura de Estado falho, no que diz respeito a atendimento da demanda populacional. Resta para o segundo e terceiro setor desenvolverem atividades de caráter paliativo e, por vezes, filantrópico, a fim de sancionar a demanda apresentada.

Sendo assim, segundo YAZBEK (2019), o chamado Terceiro Setor tende a crescer sem clara definição propriamente dita e, permanece em sua atuação através do voluntarismo e desenvolvem as suas atividades em grande campo de expressões da questão social.

Portanto, o Terceiro Setor se fortalece no estado neoliberal, onde através da intervenção mínima do Estado, as ONG's tendem a ganhar mais força e espaço, acabando por fazer o trabalho antes associado ao Primeiro Setor e, por esse motivo, podem ser consideradas instituições domesticadas pelo sistema, por contribuírem para a continuidade do conformismo social perante os descasos do Estado Mínimo.

6 | CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ

Fundada em vinte e cinco de fevereiro, do ano de 1950, a Cáritas Diocesana de Caicó tem a sua sede localizada na referida cidade, no bairro Paraíba. Sendo uma instituição civil de direito privado e sem fins lucrativos, a Cáritas Diocesana de Caicó corresponde à delimitação eclesial da Diocese de Caicó, podendo atuar, em casos específicos, nas

demais regiões do Rio Grande do Norte.

Segundo o Art.2º do Estatuto Social, a Cáritas é uma entidade de Assistência Social que trabalha na defesa dos direitos, da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é direcionada para pessoas expostas a algum tipo de vulnerabilidade social, a fim de promover a defesa de seus direitos e dignidade, construindo, assim, uma sociedade plural e igualitária. Dessa forma, auxiliam na organização e consolidação de grupos de crianças, jovens, mulheres, idosos e catadores de material reciclável, para proporcionar-lhes uma participação mais consciente no exercício da cidadania.

A Cáritas Diocesana de Caicó conta com parceiros de ordem nacional e internacional, privada e governamental. As instituições apoiadoras, atualmente, são: Misereor Ihr Hilfswerk, Município de Caicó, Paróquias da Diocese de Caicó, Die Sternsinger Kindermissionswerk, Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Direitos do Idoso, Fundação Voluntariado Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Fundação Itaú Social e Supermercado São Francisco, Fundo Nacional de Fraternidade (FNS).

As fontes de recursos financeiros que sustentam o trabalho da Cáritas Diocesana de Caicó são de instituições nacionais não governamentais (em especial os bancos), da instituição cristã e filantrópica da Alemanha, chamada Misereor Ihr Hilfswerk e de doações de civis. Por conseguinte, são formuladas prestação de contas e avaliações dos serviços conferidos para o pleno desenvolvimento dos processos sociais, da cidade de Caicó e região.

A equipe técnica da Cáritas Diocesana de Caicó está composta por Coordenador, Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Gestor Ambiental, que atuam, por vezes em conjunto, na articulação de movimentos de mulheres, juventudes, trabalhadores rurais, catadores de material reciclado, entre outras atividades que conta com a participação de tais profissionais. A Cáritas Diocesana de Caicó atende à demanda de sua respectiva cidade, mas não a priva de participar do desenvolvimento de atividades em outras regiões, como é o caso de atender outras cidades que também fazem parte do Seridó, em determinadas situações e demandas acordadas entre os profissionais da instituição.

7 | PROJETOS SOCIAIS REALIZADOS PELA CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ E SEUS EFEITOS NAS COMUNIDADES DA REGIÃO

De acordo com o Relatório de Impactos de 2016, a gestão da Cáritas Diocesana de Caicó direciona-se sob os seguintes valores:

Defender a vida em todas as suas dimensões, humana e socioambiental; vivenciar a cultura da solidariedade e da ternura; vivenciar a ética nas relações humanas; respeitar e dialogar com os sujeitos na sua diversidade,

na pluralidade e nas diferenças de pensamento e cultura; e valorizar a relação entre saberes populares e acadêmicos. (CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, 2016, p. 5).

Para isso, a Cáritas Diocesana de Caicó dividiu-se em oito diferentes linhas de atuação, que são elas:

a) Organização das Mulheres Para o Enfrentamento da Violência e Efetivação de Direitos. Este projeto visa fortalecer a autonomia, a defesa e a prevenção da violência, uma vez que empodera mulheres, levando a elas cursos e oficinas de aperfeiçoamento, interações educativas, acesso à informação de direitos e participação política. Além de realizar o acolhimento, acompanhamento e condução das vítimas de violência, para órgãos competentes. O projeto contempla cento e cinquenta mulheres de três municípios da região.

b) Protagonismo Infantojuvenil para o Exercício da Cidadania. Promove ações socioeducativas para cem crianças e adolescentes de quatro comunidades de Caicó (João Paulo II, Nova Caicó, Frei Damião e João XXIII), articulando atividades culturais de formação cidadã, com foco na prevenção ao uso de drogas. São realizadas oficinas de teatro, pintura, música, entre outras dinâmicas, estimulando mudanças na autoestima dos assistidos. O projeto também executa o diagnóstico da referente situação social e familiar das crianças assistidas, através de visitas domiciliares, a fim de dar apoio e, se necessário, encaminhar para a rede de órgãos competentes.

c) Projeto Juventudes. Busca formar lideranças de jovens seridoenses, criando conselhos municipais de juventudes, para discussão política e defesa dos interesses dos jovens, fortalecendo sua organização e participação no controle social e na luta pelas políticas públicas. Participam do projeto de capacitação, cem jovens de quinze organizações, em quatro municípios do Seridó.

d) Organização e Inclusão Social e Produtiva dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. A Cáritas Diocesana de Caicó presta assessoria técnica e acompanhamento das organizações de catadores de Caicó (ASCAMARCA) e Parelhas (ASCAMARPA). O intuito de levar aos catadores inclusão social e informação (campanhas de educação socioambiental) alcança um impacto positivo na vida dos mesmos, pois trabalha sua consciência política e autoestima, ao incentivar a participação das associações nos conselhos municipais de políticas públicas, valorizando, com isso, os interesses da categoria. O projeto acompanha trinta famílias de dois municípios atendidos.

e) Defesa e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa. A Cáritas Diocesana de Caicó busca formar conselheiros municipais pela defesa dos direitos do idoso, a fim de fortalecer o controle da população sobre a discussão e implementação de políticas públicas nesse contexto. A equipe da Cáritas também acompanha casos de violação de direitos da pessoa idosa, encaminhando-as para órgãos competentes. Duzentos e vinte idosos já foram beneficiados pelo projeto da instituição.

f) Fortalecimento de Redes, Fóruns, Conselhos e Plataformas Relevantes. Nesse

conjunto, a Escola Diocesana de Fé e Política, como um dos cursos de formação de atores sociais e conselheiros municipais, realiza a capacitação de cidadãos para uma maior participação civil na tomada de decisões políticas e na defesa dos direitos sociais. Com participação ativa e qualificada nos conselhos municipais de Assistência Social, Direitos das Mulheres, Desenvolvimento Sustentável e Solidário, Direitos da Criança e do Adolescente.

g) Integração com as Políticas Públicas de Assistência Social. A Cáritas Diocesana de Caicó realiza suas ações em conformidade com Lei Orgânica de Assistência Social, articulando o atendimento de pessoas em vulnerabilidade social ou com identidades estigmatizadas para que alcancem o desenvolvimento de suas potencialidades, prevenindo situações de risco. Os atendimentos são realizados a partir do apoio da rede de instituições: Centro de Referência da Assistência Social, Ministério Público Estadual, Centro de Referência Especializada da Assistência Social, Defensoria Pública Estadual, Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, Centro de Regulação (SUS), Secretaria Municipal de Saúde e Centro de Neuroreabilitação.

h) Fortalecimento Institucional. A instituição realiza reuniões organizativas e de capacitação multidisciplinar da sua equipe técnica, bem como a manutenção e ampliação das parcerias com órgãos públicos e privados, através de periódicas elaborações de documentos avaliativos e divulgação da instituição.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Neoliberalismo o Estado tende a se ausentar de seu dever enquanto garantidor de direitos, abrindo, assim, espaço para o Terceiro Setor desenvolver as suas atividades de forma mais abrangente. Sendo assim, a Cáritas Diocesana de Caicó encontra um grande número de usuários carentes da efetivação das políticas públicas e, toma para a instituição a responsabilidade de desenvolver projetos que possam sanar a demanda populacional apresentada.

A discussão acerca do papel do terceiro setor na sociedade civil tende a ser repleta de polêmicas e contradições, visto que nela se expressam a aliança do Estado com as grandes empresas e a colaboração da sociedade acontece através do mecanismo de arrecadação de doações de civis e investimento do grande capital, como forma do Estado se ausentar do seu papel de garantidor das políticas públicas e as empresas lucrarem ao receberem redução de sua carga de impostos.

Apesar disso, compreendemos que as expressões da questão social refletem situações que pedem pela urgente implementação de políticas, a fim de suprir às necessidades básicas da classe trabalhadora. Nesse sentido, podemos analisar que a Cáritas Diocesana de Caicó realiza os seus objetivos de executar projetos que promovem transformações na vida de seus beneficiários, pois traz para estes uma série de mudanças enriquecedoras e significativas nas vidas dos mais diversos grupos sociais.

No entanto, apontamos na possibilidade de encontrar o terceiro setor um ponto de apoio além da gestão de políticas de minimização de carências; e ver nele uma possível base institucional para a organização popular, que vise, de fato, a emancipação política do operariado. Isso pode ser realizado a partir da mobilização de uma equipe técnica comprometida com a educação social revolucionária e engajada na luta dos movimentos sociais.

Utilizar o espaço do terceiro setor para instruir os trabalhadores a adquirirem uma visão de coletividade, consciência de classe e compreensão dos fatores históricos e políticos que os envolvem, contribui como base para a formação de grupos políticos engajados, capaz de enfrentar o avanço neoliberal através dele mesmo e, com isso, alcançar novos patamares de ordem social, contrárias ao modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha**. São Paulo, Boitempo, 2005.

CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ. **Relatório de Impactos 2016**: Solidariedade que transforma vidas. Ed. Referência Comunicação. 2016.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 24. ed. 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo, Edipro, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

NUNES, Andrea. **Terceiro Setor**: controle e fiscalização. 2. ed. São Paulo: Método, 2006.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. 1ªed. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009, v. v. 1, p. 143-163.

SOARES, L.T. **O Desastre Social**, Rio de Janeiro: Record, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceituação 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230


Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

Atena
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021